

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	23.000
Preferenciais	46.000
<b>Total</b>	<b>69.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	12.570	11.707
1.01	Ativo Circulante	778	618
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	97	96
1.01.03	Contas a Receber	124	0
1.01.03.01	Clientes	124	0
1.01.04	Estoques	293	293
1.01.04.01	Estoques de Imóveis	293	293
1.01.06	Tributos a Recuperar	264	227
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	264	227
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	2
1.01.08.03	Outros	0	2
1.01.08.03.01	Outras Contas	0	2
1.02	Ativo Não Circulante	11.792	11.089
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.658	10.947
1.02.01.03	Contas a Receber	56	56
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	56	56
1.02.01.04	Estoques	289	289
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis	289	289
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	10.934	10.223
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	10.934	10.223
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	379	379
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	379	379
1.02.03	Imobilizado	24	29
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	24	29
1.02.04	Intangível	110	113
1.02.04.01	Intangíveis	110	113
1.02.04.01.02	Softwares	68	71
1.02.04.01.03	Marcas e Patentes	42	42

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	12.570	11.707
2.01	Passivo Circulante	16.755	15.543
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23	6
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	23	6
2.01.02	Fornecedores	39	36
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	39	36
2.01.03	Obrigações Fiscais	355	373
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	240	246
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Parceladas	240	234
2.01.03.01.03	Outros Impostos Federais	0	12
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	115	127
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	0	15
2.01.03.03.02	Obrigações Fiscais Parceladas	115	112
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.967	2.776
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	13.967	2.776
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	13.967	2.776
2.01.05	Outras Obrigações	2.171	12.134
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.037	12.134
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.037	12.134
2.01.05.02	Outros	134	0
2.01.05.02.04	Outras Contas	134	0
2.01.06	Provisões	200	218
2.01.06.02	Outras Provisões	200	218
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	200	218
2.02	Passivo Não Circulante	14.921	13.063
2.02.02	Outras Obrigações	4.211	4.142
2.02.02.02	Outros	4.211	4.142
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Parceladas - Federais	3.360	3.285
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais Parceladas - Municipais	851	857
2.02.04	Provisões	10.710	8.921
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.666	1.666
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.666	1.666
2.02.04.02	Outras Provisões	9.044	7.255
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	297	343
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	8.747	6.912
2.03	Patrimônio Líquido	-19.106	-16.899
2.03.01	Capital Social Realizado	8.969	8.969
2.03.02	Reservas de Capital	15.374	15.374
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.374	15.374
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-43.449	-41.242

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.289	397
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	-4
3.03	Resultado Bruto	1.289	393
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.429	-927
3.04.01	Despesas com Vendas	0	-2
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-584	-361
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10	54
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.835	-618
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.140	-534
3.06	Resultado Financeiro	-1.067	-436
3.06.01	Receitas Financeiras	2	2
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.069	-438
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.207	-970
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.207	-970
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.207	-970
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-31,99000	-14,06000
3.99.01.02	PN	-31,99000	-14,06000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-31,99000	-14,06000
3.99.02.02	PN	-31,99000	-14,06000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.207	-970
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.207	-970

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	687	-216
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	705	-89
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-2.207	-970
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	8	11
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.835	618
6.01.01.05	Despesas Financeiras - Juros e Variações	1.069	252
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-18	-127
6.01.02.02	Contas a Receber/Créditos	-124	-190
6.01.02.04	Obrigações Tributárias e Trabalhistas	-10	0
6.01.02.08	Demais Ativos e Passivos	116	63
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-686	217
6.03.01	Ingressos de Empréstimos	10.525	7
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Debêntures	0	-3.051
6.03.03	Empréstimos/Contratos de Mútuo	-11.211	3.261
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1	1
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	96	86
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	97	87

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	8.969	15.374	0	-41.242	0	-16.899
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.969	15.374	0	-41.242	0	-16.899
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.207	0	-2.207
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.207	0	-2.207
5.07	Saldos Finais	8.969	15.374	0	-43.449	0	-19.106

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	8.969	0	0	-36.544	0	-27.575
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.969	0	0	-36.544	0	-27.575
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-970	0	-970
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-970	0	-970
5.07	Saldos Finais	8.969	0	0	-37.514	0	-28.545

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
7.01	Receitas	1.288	435
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.288	435
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-327	-41
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-327	-41
7.03	Valor Adicionado Bruto	961	394
7.04	Retenções	-7	-11
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7	-11
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	954	383
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-1.833	-616
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.835	-618
7.06.02	Receitas Financeiras	2	2
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-879	-233
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-879	-233
7.08.01	Pessoal	114	97
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10	38
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.204	602
7.08.03.01	Juros	1.069	338
7.08.03.03	Outras	135	264
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.207	-970
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.207	-970

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	11.438	12.415
1.01	Ativo Circulante	6.548	7.004
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	249	196
1.01.03	Contas a Receber	1.511	2.280
1.01.03.01	Clientes	1.511	2.280
1.01.03.01.01	Contas a Receber	1.265	2.034
1.01.03.01.02	Contas a Receber s/ Cessão de Direitos	246	246
1.01.04	Estoques	3.892	3.892
1.01.04.01	Estoques de Imóveis	3.892	3.892
1.01.06	Tributos a Recuperar	896	634
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	896	634
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	2
1.02	Ativo Não Circulante	4.890	5.411
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.917	4.430
1.02.01.03	Contas a Receber	2.316	2.829
1.02.01.03.01	Clientes	2.261	2.772
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	55	57
1.02.01.04	Estoques	1.222	1.222
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis	1.222	1.222
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	379	379
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	379	379
1.02.02	Investimentos	835	835
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	835	835
1.02.02.02.01	Outros Investimentos	835	835
1.02.03	Imobilizado	28	33
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	28	33
1.02.04	Intangível	110	113
1.02.04.01	Intangíveis	110	113
1.02.04.01.02	Softwares	68	71
1.02.04.01.03	Marcas e Patentes	42	42

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	11.438	12.415
2.01	Passivo Circulante	20.296	18.996
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.107	603
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.107	603
2.01.02	Fornecedores	166	88
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	166	88
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.528	1.782
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.381	1.637
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	427
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Parceladas	1.115	1.110
2.01.03.01.03	Outros Impostos Federais	266	100
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	147	145
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	32	33
2.01.03.03.02	Obrigações Fiscais Parceladas	115	112
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	14.682	3.729
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	14.682	3.729
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	14.682	3.729
2.01.05	Outras Obrigações	2.613	12.576
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.302	12.404
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.302	12.404
2.01.05.02	Outros	311	172
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	19	18
2.01.05.02.05	Outras Contas	292	154
2.01.06	Provisões	200	218
2.01.06.02	Outras Provisões	200	218
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	200	218
2.02	Passivo Não Circulante	10.248	10.318
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.059	1.038
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.059	1.038
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.059	1.038
2.02.02	Outras Obrigações	7.226	7.271
2.02.02.02	Outros	7.226	7.271
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Parceladas Federais	6.362	6.403
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais Parceladas Municipais	851	857
2.02.02.02.05	Outras Contas	13	11
2.02.04	Provisões	1.963	2.009
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.666	1.666
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.666	1.666
2.02.04.02	Outras Provisões	297	343
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	297	343
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-19.106	-16.899
2.03.01	Capital Social Realizado	8.969	8.969
2.03.02	Reservas de Capital	15.374	15.374
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.374	15.374
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-43.449	-41.242

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.629	1.558
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.545	-1.032
3.03	Resultado Bruto	1.084	526
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.129	-767
3.04.01	Despesas com Vendas	0	-10
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.111	-699
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-18	-58
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.045	-241
3.06	Resultado Financeiro	-1.162	-727
3.06.01	Receitas Financeiras	12	194
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.174	-921
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.207	-968
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-2
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.207	-970
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-2.207	-970
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.207	-970
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-31,99000	-14,06000
3.99.01.02	PN	-31,99000	-14,06000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-31,99000	-14,06000
3.99.02.02	PN	-31,99000	-14,06000

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-2.207	-970
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-2.207	-970
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.207	-970

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	355	-171
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-492	-347
6.01.01.01	Resultado do Exercício	-2.207	-968
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	8	11
6.01.01.05	Despesas Financeiras - Juros e Variações	1.174	610
6.01.01.07	Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa	533	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	847	176
6.01.02.02	Contas a Receber/Créditos	747	474
6.01.02.03	Fornecedores	78	0
6.01.02.04	Obrigações tributárias e Trabalhistas	242	0
6.01.02.05	Obrigações Parceladas	-39	0
6.01.02.06	Adiantamento de Clientes	1	0
6.01.02.08	Demais Ativos e Passivos	-182	-298
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-302	-8
6.03.01	Ingressos de Empréstimos	10.203	0
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Debêntures	0	-8.645
6.03.03	Empréstimo/Contratos de Mútuo	-10.505	8.637
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	53	-179
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	196	331
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	249	152

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	8.969	15.374	0	-41.242	0	-16.899	0	-16.899
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.969	15.374	0	-41.242	0	-16.899	0	-16.899
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.207	0	-2.207	0	-2.207
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.207	0	-2.207	0	-2.207
5.07	Saldos Finais	8.969	15.374	0	-43.449	0	-19.106	0	-19.106

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	8.969	0	0	-36.544	0	-27.575	0	-27.575
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.969	0	0	-36.544	0	-27.575	0	-27.575
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-970	0	-970	0	-970
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-970	0	-970	0	-970
5.07	Saldos Finais	8.969	0	0	-37.514	0	-28.545	0	-28.545

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
7.01	Receitas	2.607	1.789
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.629	1.789
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-22	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.545	-1.183
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.545	-1.183
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.062	606
7.04	Retenções	-7	-11
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7	-11
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.055	595
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12	114
7.06.02	Receitas Financeiras	12	114
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.067	709
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.067	709
7.08.01	Pessoal	1.566	605
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17	151
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.691	923
7.08.03.01	Juros	1.173	921
7.08.03.03	Outras	518	2
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.207	-970
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.207	-970

## Comentário do Desempenho



### **Construtora Adolpho Lindenberg S/A** **Comentário de Desempenho**

Em Abril de 2.008 a LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A, assumiu o controle acionário e administrativo da Construtora Adolpho Lindenberg S/A, que vinha acumulando prejuízos constantes que culminou em dezembro de 2.008 no valor acumulado de R\$ 35.651 mil e um Patrimônio Líquido negativo de R\$ 26.682 mil.

Desde a aquisição a LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A começou um processo de reestruturação da companhia, para redução dos prejuízos acumulados e busca por resultados positivos.

Em 20 de setembro de 2010 a Assembléia Geral Extraordinária, aprovou um aumento de capital na companhia de R\$ 30.000, mediante a emissão para subscrição privada, de 101.040 (cento e uma mil e quarenta) ações ordinárias e 202.079 (duzentas e duas mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal, com os mesmos direitos e obrigações das ações ordinárias e preferenciais existentes.

O preço de emissão foi definido em R\$ 98,97, por ação ordinária ou por ação preferencial, fixado de acordo com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, de acordo com justificativa aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do Anexo 14 da Instrução CVM nº 481/2009 disponibilizado aos acionistas.

A Assembléia Geral Extraordinária, também fixou o prazo para o direito de subscrição e integralização ao aumento de capital, sendo então até o dia 21 de outubro de 2010.

Em 20 de outubro de 2010, a Companhia tomou ciência da existência da Ação Cautelar referente ao Processo nº 187628-0/000000-000, movida pelo acionista Sr. Marcos Ribeiro Simon, tendo sido concedido, por meio de Agravo de Instrumento, pela 3ª Câmara da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, efeito suspensivo, até o julgamento da Ação Cautelar, da deliberação que aprovou o aumento de capital, suspendendo inclusive, o prazo para exercício do direito de preferência quanto à subscrição de ações emitidas no âmbito do aumento de capital, que se encerraria em 21 de outubro de 2010.

Diante do ocorrido, no mesmo dia 20 de outubro de 2010, a Companhia cumpriu a ordem judicial e comunicou a BM&F Bovespa, publicando Aviso aos Acionistas no Diário Oficial do Estado e Jornal Empresas & Negócios do dia 22 de outubro de 2010.

## Comentário do Desempenho

Em 10 de dezembro de 2010, a Companhia tomou ciência da decisão de revogação da liminar proferida nos autos da Ação acima mencionada, bem como a extinção do feito sem julgamento do mérito.

Ainda em 14 de dezembro de 2010, a Companhia informou a mercado por meio da BM&F Bovespa e Aviso aos Acionistas publicado no Diário Oficial do Estado e Jornal Empresas & Negócios de que o prazo para o direito de preferência nas ações havia sido encerrado e informou novo prazo para subscrição das Sobras.

Em 20 de dezembro de 2010, a Companhia tomou ciência de nova decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo nos autos da Ação Cautelar nº 990.10.572630-5, requerida pelo acionista da Companhia Sr. Marcos Ribeiro Simon, que suspendeu os efeitos, até o julgamento dessa Ação Cautelar, da deliberação tomada na Assembléia Geral de 20 setembro de 2010, referente ao aumento de capital social da Companhia nela aprovado.

Diante disso, a Companhia suspendeu o Primeiro Prazo para Subscrição de Sobras mencionado no Aviso aos Acionistas divulgado em 14 de dezembro de 2010.

A Companhia apresentou as devidas contestações e defesa quanto a nova liminar concedida, estando o processo no aguardo de julgamento por parte da 3ª Câmara da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Diante do ocorrido a Companhia contabilizou as integralizações realizadas pelos acionistas como "AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital" e está demonstrando em linha segregada do patrimônio líquido. A contabilização do aumento de capital será realizada somente se ocorrer ganho na ação

A companhia apresentou no 1º trimestre de 2011 um prejuízo de R\$ 2.207, em 2010 um prejuízo de R\$ 4.698, ocasionado principalmente pelas despesas financeiras que em 31 de março de 2011 somaram R\$ 1.174(em 31 de março de 2010 R\$ 921).

A companhia continua no processo de ajustes das suas contas para reversão do patrimônio líquido negativo, o que deve ocorrer se implementado o aumento de capital proposto e ora suspenso conforme descrito acima.

A Administração

## Notas Explicativas

# Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Construtora Adolpho Lindenberg S/A ("CAL" ou "Companhia") foi constituída em 13 de julho de 1962, atua sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e tem sua sede na cidade de São Paulo - SP.

Atualmente, suas operações compreendem a execução e administração de obras de construção civil em geral, serviços de empreitada, por conta própria ou de terceiros, e em incorporações de empreendimentos imobiliários. Adicionalmente, tem como objetivo a participação no capital social em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista.

### 1.1. Comentários de desempenho

A aquisição do controle da Companhia em 2008 por parte da LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("LDI") foi realizada, principalmente, em função da qualidade e força da marca "Adolpho Lindenberg".

Quando da aquisição, a Companhia possuía reduzido número de contratos de prestação de serviço a terceiros, que não eram suficientes para fazer frente a suas obrigações. Esta situação, afetou e continua afetando a saúde financeira da Companhia. Assim, a CAL tem apresentado deficiência de capital de giro e prejuízos sucessivos, o que tem afetado o seu patrimônio líquido.

Neste momento, a Companhia ainda está passando por um processo de reestruturação operacional e administrativa, com medidas efetivas de racionalização de custos e busca de novos contratos de prestação de serviços, o que permitirá, nos próximos anos, geração de caixa com recursos oriundos da sua atividade operacional.

Desde 2008 o acionista controlador vem realizando empréstimos à Companhia, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 12.404 (R\$ 11.313 em 2009 e R\$ 957 em 2008), conforme demonstrado na Nota 6a e destinou o montante de R\$ 13.742 para aumento de capital em 2010, conforme descrito na Nota 11.2.

O acionista controlador da Companhia tem como plano para o exercício de 2011, a cobertura substancial do passivo a descoberto, por meio da integralização de capital, caso haja resolução favorável do assunto comentado na Nota 11.2.

A Administração da Companhia entende que o acionista controlador continuará assegurando o suporte financeiro necessário à continuidade das suas operações.

## Notas Explicativas

### 2. Políticas contábeis

As informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de Março de 2011 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estavam em vigor em 31 de março 2011. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

#### 2.1. Apuração do resultado de prestação de serviços

As receitas e os custos oriundos de prestação de serviços são apropriados ao resultado conforme sua execução, em conformidade com o período de competência.

#### 2.2. Julgamentos e estimativas contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras são adotados julgamentos e avaliação de premissas para o reconhecimento das estimativas no registro de determinados ativos, passivos e outras operações como: provisões para garantias, provisão para demandas judiciais e administrativas, provisão para créditos de liquidação duvidosa, entre outros. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. A Administração monitora e revisa trimestralmente estas estimativas contábeis e suas premissas.

#### 2.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

#### 2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de

## Notas Explicativas

convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

### 2.5. Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização, reconhecidos de acordo com o critério descrito na Nota 2.2. É avaliada periodicamente pela Administração a necessidade de constituição de provisão para os créditos, cuja recuperação é considerada duvidosa, com base no histórico de perdas ocorridas.

### 2.6. Imóveis a comercializar

São avaliados ao aquisição, que não excede o valor de mercado. O custo dos imóveis também é formado por gastos com aquisição de terrenos para revenda.

### 2.7. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a data de aquisição da participação.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

As participações em controladas que apresentam situação de passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) foram registradas no passivo não circulante da Companhia.

Os demais investimentos são avaliados com base no custo de aquisição e submetidos ao teste anual do valor recuperável (*impairment*).

### 2.8. Perda por redução ao valor recuperável de Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas,

## Notas Explicativas

operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

### **2.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança a valor justo por meio do resultado. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo a valor justo por meio do resultado. Aos passivos são acrescidos, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **2.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, A Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

### **2.11. Impostos**

#### **Imposto de renda e contribuição social – correntes**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

#### **Impostos diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

## Notas Explicativas

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A Companhia e certas controladas apresentam saldo de prejuízos fiscais no montante consolidado de R\$ 23.058 em 31 de março de 2011 (R\$ 22.750 em 2010), mas não foi registrado o imposto de renda e contribuição social diferidos, pelo fato de a Companhia não possuir histórico de bases tributáveis e tampouco projeções que justificassem o registro dos créditos fiscais diferidos.

### 2.12. Resultado básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período.

Em função dos prejuízos apresentados, não há diferenças entre as ações preferenciais e ordinárias. Dessa forma o resultado por ação será o mesmo, para ambos as espécies de ações.

### 2.13. Provisões

#### Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que

## Notas Explicativas

benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **2.14. Instrumentos financeiros**

### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos e Passivos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos e Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, empréstimos e outros recebíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. A Companhia não vinculou nenhuma operação a instrumentos financeiros derivativos.

### **Desreconhecimento (baixa)**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b)

## Notas Explicativas

a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### 2.15. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de março de 2011 e de 31 de dezembro de 2010, apresentadas abaixo:

Empresa	Critério de consolidação	% de participação em Março de 2011		% de participação em Dezembro de 2010	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Cal Construtora e Serviços da Mão de Obra Ltda.	Integral	50%	50%	50%	50%
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.	Integral	99%	-	99%	-
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	Integral	99,99%	-	99,99%	-

As práticas contábeis foram consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas conforme critério de consolidação descrito no quadro acima a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtem controle e continuam a ser consolidados até a data em que esse controle deixar de existir. O resultado do exercício é atribuído aos proprietários da controladora e a participação de não controladores. No período de 31 de março de 2011 e de 31 de dezembro 2010, não ocorreram operações classificadas como resultados abrangentes. Na consolidação são eliminados os investimentos nas empresas controladas, assim como os saldos a receber e a pagar e as receitas, as despesas e os lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas.

### 2.16. Apresentação de informações por segmento

A Administração entende que a divulgação de informações por segmento não é aplicável às atividades da Companhia, pois efetua o monitoramento de suas atividades, avaliação de desempenho e tomada de decisão para alocação de recursos num único segmento de negócio – a prestação de serviços de administração e de construção de obras. Os resultados da Companhia e de suas controladas são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

## Notas Explicativas

### 2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n.º 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

### 2.18. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado são preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n.º 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

### 2.19. Novos pronunciamentos emitidos pelo IASB

Até a data de divulgação destas demonstrações trimestrais individuais e consolidadas, os seguintes pronunciamentos e interpretações emitidos pelo IASB foram publicados, porém não eram de aplicação obrigatória:

<b>Novas normas:</b>	<b>Descrição:</b>	<b>Aplicável a períodos anuais com início em ou após:</b>
IFRS 9	Instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2013
<b>Emendas às normas:</b>	<b>Descrição:</b>	<b>Aplicável a períodos anuais com início em ou após:</b>
IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	1º de janeiro de 2013

A administração da Companhia está analisando os impactos decorrentes da aplicação dessas normas, emendas e interpretações. Baseando-se em análises preliminares, a Companhia não espera impactos significativos sobre as demonstrações financeiras na adoção inicial desses novos pronunciamentos e interpretações.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações efetuadas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

## Notas Explicativas

### 3. Caixas e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Março de 2011	Dezembro de 2010	Março de 2011	Dezembro de 2010
Caixas e bancos	10	11	162	112
Aplicações financeiras (a)	87	85	87	84
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>96</b>	<b>249</b>	<b>196</b>

- (a) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de renda fixa remunerados a taxas que se equivalem a variação do CDI (variam entre 98% e 100%) e para as quais não há restrições para seu resgate imediato.

### 4. Contas a receber de clientes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Março de 2011	Dezembro de 2010	Março de 2011	Dezembro de 2010
Contas a receber - obras por administração(a)	124	-	283	223
Promitentes compradores de imóveis (b)	-	-	3.798	5.116
Provisão para devedores duvidosos	-	-	(555)	(533)
<b>Total</b>	<b>124</b>	<b>-</b>	<b>3.526</b>	<b>4.806</b>
<b>Circulante</b>	<b>124</b>	<b>-</b>	<b>1.265</b>	<b>2.034</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.261</b>	<b>2.772</b>

- (a) Contas a receber de clientes decorrentes de serviços de empreitada global e taxa de administração de obras;

- (b) O saldo de contas a receber decorrente da venda, em anos anteriores, de unidades imobiliárias concluídas, demonstrado ao valor presente.

## Notas Explicativas

O saldo não circulante em 31 de Março de 2011 e de Dezembro de 2010 apresentavam o seguinte cronograma de vencimentos:

<b>Ano</b>	<b>Março de 2011</b>	<b>Dezembro de 2010</b>
2012	450	624
2013	600	624
2014	600	624
2015	600	624
Demais anos	11	276
<b>Total</b>	<b>2.261</b>	<b>2.772</b>

### 5. Estoques de Imóveis

Representados pelos custos das unidades imobiliárias concluídas em períodos anteriores e terrenos para comercialização. O valor de mercado não é inferior ao valor contábil.

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Março de 2011</b>	<b>Dezembro de 2010</b>	<b>Março de 2011</b>	<b>Dezembro de 2010</b>
Estoques de terrenos (lotes)	582	582	1.604	1.604
Imóveis concluídos	-	-	3.510	3.510
<b>Total</b>	<b>582</b>	<b>582</b>	<b>5.114</b>	<b>5.114</b>
<b>Circulante</b>	<b>293</b>	<b>293</b>	<b>3.892</b>	<b>3.892</b>
<b>Não circulante</b>	<b>289</b>	<b>289</b>	<b>1.222</b>	<b>1.222</b>

Os imóveis (terrenos) registrados no ativo não circulante encontram-se como garantia de processos judiciais cíveis.

## Notas Explicativas

### 6. Partes relacionadas

#### a) Operações de mútuos entre partes relacionadas

Referem-se a operações de mútuo, realizadas com partes relacionadas e sem vencimento determinado ou cobrança de encargos financeiros, com exceção do mútuo com a acionista LDI, que está sujeito a atualização com base no índice IGPM/FGV e juros de 12% a.a.:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Março de 2011	Dezembro de 2010	Março de 2011	Dezembro de 2010
<b>Ativo</b>				
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	416	551	-	-
Cal Const. e Serv. da Mão de Obra Ltda.	7.060	6.222	-	-
Lindenberg São Paulo Incorp. Ltda.	3.458	3.450	-	-
<b>Total Ativo</b>	<b>10.934</b>	<b>10.223</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>				
LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A.	2.037	12.134	2.302	12.404
<b>Total do Passivo</b>	<b>2.037</b>	<b>12.134</b>	<b>2.302</b>	<b>12.404</b>

#### b) Receitas com partes relacionadas

Conforme demonstrado no quadro a seguir, a totalidade das receitas de serviços prestados pela Companhia e suas controladas em 31 de Março de 2011 e de 31 de Março de 2010, são decorrentes de contratos firmados com empresas ligadas, principalmente as sociedades investidas da controladora LDI:

Descrição	Consolidado	
	Março de 2011	Março de 2010
<b>Receitas com serviços prestados</b>		
Brandemburgo Incorporação SPE Ltda.	120	235
Brugge Incorporações SPE Ltda.	308	145
CCS Lapa Empreend. Imobiliário e Participações	92	-
Consórcio de Urbanização Agrigento	33	-
Costa São Caetano Empreendimentos S/A	106	-
Dolder Incorporação SPE Ltda.	392	89
Fazenda Roseira Alpha Empreend. Imobiliários	124	-
Fazenda Roseira Eta Empreend. Imobiliários	33	-
Fazenda Roseira Gamma Empreend. Imobiliários	31	-
Fazenda Roseira Kappa Empreend. Imobiliários	90	-
Ibirapuera Incorporadora SPE Ltda.	233	265
Itaim Bibi Incorporação SPE Ltda.	-	149
Lapin Incorporação SPE Ltda.	5	200

## Notas Explicativas

Madri Incorporação SPE Ltda.	291	-
MAS1 Participações Ltda.	56	55
PDG Barão Geraldo Incorporações SPE Ltda	36	-
Q Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	187
Sardenha Incorporação SPE Ltda.	15	-
Sorrento Incorporação SPE Ltda.	336	70
Viradouro Incorporação SPE Ltda.	-	314
Win Work Pinheiros Empreendimento Imobiliário	561	-
<b>Total de receita de serviços com pessoas ligadas</b>	<b>2.862</b>	<b>1.709</b>
<b>Total geral de receita com serviços</b>	<b>2.862</b>	<b>1.709</b>
<b>% Representatividade</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Os serviços prestados referem-se principalmente a construção e administração de obras e foram contratados a taxas que variam de 8% a 10% do custo das obras.

### c) Remuneração de administradores e diretores

A assembléia geral ordinária realizada no dia 30 de abril de 2011, aprovou a remuneração global máxima anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2011 em até R\$ 600 (R\$ 264 anual em 2010).

Em 31 de março de 2011, o montante pago aos administradores é de R\$ 66 (R\$ 248 em 31 de dezembro de 2010).

### d) Cessão de direitos e obrigações

Em 23 de dezembro de 2008, a Companhia por meio de instrumentos particulares de cessão de ativos e assunção de dívidas, assumiu direitos e obrigações junto algumas de suas controladas conforme quadro abaixo:

<b>Cedente</b>	<b>Total dos Ativos</b>	<b>Total dos Passivos</b>	<b>Ativo / Passivo líquido</b>
CAL - Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.	1.045	(85)	960
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda	7.659	(1.856)	5.803
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda	272	(447)	(175)
FAAL Empreendimentos Imobiliários Ltda	4170	(4.166)	4
<b>Total de ativos e passivos assumidos</b>	<b>13.146</b>	<b>(6.554)</b>	<b>6.592</b>

Na mesma data, com base em instrumento de cessão de direitos, a Companhia cedeu à BCME Participações e Negócios Ltda (antigo controlador da Companhia doravante denominado "BCME"), os ativos e passivos recebidos das controladas, além de outros ativos e passivos próprios, totalizando ativos líquidos de R\$ 8.779, conforme quadro a seguir:

## Notas Explicativas

Descrição	R\$
Ativos Líquidos recebidos de Controladas	6.592
( + ) Ativos próprios Cedidos	2.899
( - ) Passivos próprios Cedidos	(712)
<b>Valor total da Cessão de direitos à BCME – saldo em ( = ) 31 de dezembro de 2008</b>	<b>8.779</b>
( - ) Pagamentos Efetuados em 2009	(7.895)
( + ) Ativos próprios Cedidos em 2009	100
<b>Valor total da Cessão de direitos à BCME – saldo em ( = ) 31 de dezembro de 2009</b>	<b>984</b>
( + ) Ativos próprios Cedidos em 2010	246
( - ) Pagamentos Efetuados em 2010	(984)
<b>Saldo a receber pela Cessão de direitos à BCME em ( = ) 31 de dezembro de 2010 e de 31 de março de 2011.</b>	<b>246</b>

Conforme pactuado entre as partes o saldo consolidado remanescente em 31 de março de 2011 deverá ser liquidado até 31 de dezembro de 2011.

## 7. Investimentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Março de 2011	Dezembro de 2010	Março de 2011	Dezembro de 2010
<i>Investimentos avaliados pelo custo de aquisição</i>	-	-	835	835
<b>Total de investimentos</b>	-	-	<b>835</b>	<b>835</b>
<i>Provisão para perdas com controladas (a)</i>	(8.747)	(6.912)	-	-
<b>Total líquido de investimentos</b>	<b>(8.747)</b>	<b>(6.912)</b>	<b>835</b>	<b>835</b>

- (a) Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujo patrimônio líquido encontra-se em situação de passivo a descoberto. São apresentadas no passivo não circulante da Companhia.

## Notas Explicativas

7.1. Seguem as principais informações das participações societárias diretas e a composição dos investimentos:

Em 31 de março de 2011:

Investidas	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Resultado do período	Participação (%)	Investimento	Equivalência Patrimonial do Período
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante					
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda	887	3.433	9.020	1.735	(6.435)	(1.756)	50	(3.217)	(878)
Lindenberg São Paulo Incorp. Ltda	253	1.418	6.013	-	(4.342)	1	99	(4.299)	1
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda	5.074	2.496	5.593	3.207	(1.231)	(958)	100	(1.231)	(958)
<b>Total</b>								<b>(8.747)</b>	<b>(1.835)</b>
<b>Investimentos em controladas</b>								-	
<b>Provisão para perdas com controladas</b>								<b>(8.747)</b>	

Em 31 de dezembro de 2010:

Investidas	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Participação (%)	Investimento	Equivalência Patrimonial do Período
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante					
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda	771	3.774	7.427	1.796	(4.678)	(929)	50	(2.339)	(464)
Lindenberg São Paulo Incorp. Ltda	252	1.409	6.004	-	(4.343)	(325)	99	(4.300)	(322)
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda	5.748	3.017	5.768	3.270	(273)	(367)	100	(273)	(367)
<b>Total</b>								<b>(6.912)</b>	<b>(1.153)</b>
<b>Investimentos em controladas</b>								-	
<b>Provisão para perdas com controladas</b>								<b>(6.912)</b>	

## Notas Explicativas

### 7.2. Seguem as principais informações das participações societárias indiretas:

Em 31 de março de 2011:

	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Resultado do período	Participações(%)
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante			
<b>Investidas</b>							
<b>Por meio da Adolpho Lindenberg Construtora</b>							
Cal Construtora e Serv. Mão de Obra Ltda.	771	3.774	7.427	1.796	(4.678)	(929)	50

Em 31 de dezembro de 2010:

	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Participações(%)
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante			
<b>Investidas</b>							
<b>Por meio da Adolpho Lindenberg Construtora</b>							
Cal Construtora e Serv. Mão de Obra Ltda.	771	3.774	7.427	1.796	(4.678)	(929)	50

## 8. Empréstimos e financiamentos

Tipo de Operação	Taxa de juros	Controladora		Consolidado	
		Março de 2011	Dezembro de 2010	Março de 2011	Dezembro de 2010
Capital de Giro - vencimento em 25/07/2011	Entre 3% e 6% a.a + CDI	13.967	2.776	13.967	2.776
Cessão de recebíveis- Créditos imobiliários - vencimento em 05/08/2017	Entre 10% e 12% a.a + IGPM	-	-	1.774	1.991
<b>Total</b>		<b>13.967</b>	<b>2.776</b>	<b>15.741</b>	<b>4.767</b>
<b>Circulante</b>		<b>13.967</b>	<b>2.776</b>	<b>14.682</b>	<b>3.729</b>
<b>Não circulante</b>		-	-	<b>1.059</b>	<b>1.038</b>

## Notas Explicativas

As garantias dadas aos empréstimos obtidos com terceiros nacionais estão atreladas a aval da acionista controladora.

O saldo não circulante em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, apresentavam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Consolidado	
	Março de 2011	Dezembro de 2010
2011		485
2012	163	120
2013	224	120
2014	224	120
2015	224	120
2016	224	73
<b>Total</b>	<b>1.059</b>	<b>1.038</b>

### 9. Obrigações tributárias parceladas

São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	Março de 2011	Dezembro de 2010	Março de 2011	Dezembro de 2010
Parcelamento Lei 11.941/09 - REFIS IV (a)	3.600	3.519	7.477	7.513
PPI - Parcelamento Prefeitura de São Paulo (b)	966	969	966	969
<b>Total</b>	<b>4.566</b>	<b>4.488</b>	<b>8.443</b>	<b>8.482</b>
<b>Circulante</b>	<b>355</b>	<b>346</b>	<b>1.230</b>	<b>1.222</b>
<b>Não circulante</b>	<b>4.211</b>	<b>4.142</b>	<b>7.213</b>	<b>7.260</b>

#### a) Parcelamento Lei 11.941/09 - REFIS IV

Em 27 de Maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 06/2009, a Receita Federal do Brasil "RFB" instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de "REFIS IV". A opção pelos parcelamentos de que trata esta Lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Este programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de Novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

## Notas Explicativas

Este parcelamento prevê, entre outras, (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pela Companhia e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido dos valores remanescentes de multa e juros. A consolidação dos débitos ocorrerá no 1º semestre de 2011.

Em 27 de novembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento, em até 180 meses, e até esta data vem cumprindo os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada a inexistência de atraso no pagamento das prestações e, no que for aplicável, desistência das ações relativas aos débitos parcelados.

### b) Programa de Parcelamento Incentivado - PPI

No exercício de 2006 os débitos municipais em aberto foram objeto de parcelamento incentivado junto à Prefeitura do Município de São Paulo. O saldo do parcelamento está sujeito à atualização pela taxa Selic, podendo ser pago em até 120 meses.

### c) Cronograma de vencimentos consolidado

O saldo não circulante consolidado em 31 de março de 2011 apresentava o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	PPI	REFIS	Consolidado
2012	80	320	400
2013	120	480	600
2014	120	480	600
2015	120	480	600
Demais anos	411	4.602	5.013
<b>Total</b>	<b>851</b>	<b>6.362</b>	<b>7.213</b>

O saldo não circulante consolidado em 31 de dezembro de 2011 apresentava o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	PPI	REFIS	Consolidado
2012	110	929	1.039
2013	120	929	1.049
2014	120	929	1.049
2015	120	929	1.049
Demais anos	387	2.687	3.074
<b>Total</b>	<b>857</b>	<b>6.403</b>	<b>7.260</b>

## Notas Explicativas

### 10. Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões de consultores jurídicos da Companhia, para os casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de março de 2011, a provisão está relacionada a processos trabalhistas, tributários e cíveis, conforme demonstrado a seguir:

Natureza	Consolidado		
	Dezembro de 2010	Movimentação líquida	Março de 2011
Trabalhista	246	-	246
Cível	1.420	-	1.420
<b>Total</b>	<b>1.666</b>	<b>-</b>	<b>1.666</b>

A Companhia possuía em 31 de março de 2011, os seguintes valores relativos a processos classificados por nossos consultores jurídicos com probabilidade de perda possível, os quais não possuem provisão reconhecida contabilmente:

Natureza	R\$
Trabalhista	2.227
Tributária	474
Cível	5.702
<b>Total</b>	<b>8.403</b>

As declarações de rendimentos da Companhia e de suas controladas estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

### 11. Patrimônio líquido

#### 11.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de Março de 2011 e de 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 8.969, totalmente integralizados, representado por 23.000 ações ordinárias e, 46.000 ações preferenciais, as quais possuem as seguintes características:

#### Ação Preferencial:

## Notas Explicativas

- (a) As ações preferenciais não terão direito a voto, respeitadas as determinações legais. Em futuros aumentos de capital por subscrição, a sociedade poderá a qualquer tempo propor aumentos do capital social por subscrição sem guardar a proporcionalidade existente entre as ações ordinárias e preferenciais, limitadas as últimas até dois terços (2/3) do total do capital social;
- (b) Aos possuidores de ações preferenciais são conferidas as seguintes vantagens: i) prioridade na percepção de um dividendo mínimo anual. ii) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucros que excederem ao mínimo deste parágrafo, bem como as bonificações por capitalização de reservas, lucros e correção monetária. iii) irresgatibilidade e prioridade, até o valor do capital social próprio a essa espécie de ação, participando também, proporcionalmente, no valor patrimonial, no caso de liquidação da sociedade;

### Ação Ordinária:

- (a) As ações ordinárias conferem o direito a um voto nas Assembléias Gerais, ou o direito ao voto múltiplo nos casos e na forma prevista na lei;
- (b) Conferem direito à percepção de Dividendos.

Em 31 de março de 2011 e de 31 de dezembro de 2010 a composição das ações ordinárias da Companhia está demonstrada da seguinte forma:

<b>Acionistas</b>	<b>Ações ordinárias</b>	<b>Capital total %</b>	<b>Capital Votante %</b>
LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A.	19.379	28,09	84,26
Espólio de Thereza Christina O. Lindenberg	1.750	2,54	7,61
Outros	1.871	2,71	8,13
<b>Total</b>	<b>23.000</b>		<b>100</b>

A LDI tem o direito de aquisição das 1.750 ações ordinárias representativas de 7,61% do capital votante e 2,54% do capital total da Companhia, pertencentes ao espólio de Thereza Christina de Oliveira Lindenberg, por força do contrato de compra e venda de ações e outras avenças, tendo como objeto a aquisição do controle da Companhia em 01 de abril de 2008, firmado com o antigo controlador BCME Participações e Negócios Ltda.

### 11.2. Aumento de capital em 2010

Em 20 de setembro de 2010 a Assembléia Geral Extraordinária, aprovou um aumento de capital na companhia de R\$ 30.000, mediante a emissão para subscrição privada, de 101.040 (cento e uma mil e quarenta) ações ordinárias e 202.079 (duzentas e duas mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal, com os mesmos direitos e obrigações das ações ordinárias e preferenciais existentes.

## Notas Explicativas

O preço de emissão foi definido em R\$ 98,97, por ação ordinária ou por ação preferencial, fixado de acordo com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, de acordo com justificativa aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do Anexo 14 da Instrução CVM nº 481/2009 disponibilizado aos acionistas.

A Assembléia Geral Extraordinária, também fixou o prazo para o direito de subscrição e integralização ao aumento de capital, sendo então até o dia 21 de outubro de 2010.

Em 20 de outubro de 2010, a Companhia tomou ciência da existência da Ação Cautelar referente ao Processo nº 187628-0/000000-000, movida pelo acionista Sr. Marcos Ribeiro Simon, tendo sido concedido, por meio de Agravo de Instrumento, pela 3ª Câmara da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, efeito suspensivo, até o julgamento da Ação Cautelar, da deliberação que aprovou o aumento de capital, suspendendo inclusive, o prazo para exercício do direito de preferência quanto à subscrição de ações emitidas no âmbito do aumento de capital, que se encerraria em 21 de outubro de 2010.

Diante do ocorrido, no mesmo dia 20 de outubro de 2010, a Companhia cumpriu a ordem judicial e comunicou a BM&F Bovespa, publicando Aviso aos Acionistas no Diário Oficial do Estado e Jornal Empresas & Negócios do dia 22 de outubro de 2010.

Em 10 de dezembro de 2010, a Companhia tomou ciência da decisão de revogação da liminar proferida nos autos da Ação acima mencionada, bem como a extinção do feito sem julgamento do mérito.

Dessa forma, a Companhia encaminhou o Aviso aos Acionistas e à BM&F Bovespa, retomando a contagem do prazo para exercício do direito de preferência a partir do dia 13 de dezembro de 2010, encerrando-se em 14 de dezembro de 2010.

Com isso, foram concretizadas as seguintes integralizações em 14 de dezembro de 2010:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total de ações integralizadas	Total em R\$
LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A.	84.956	53.893	138.849	13.742
Acionistas não controladores	5.132	11.358	16.490	1.632
<b>Total</b>	<b>90.088</b>	<b>65.251</b>	<b>155.339</b>	<b>15.374</b>

Ainda em 14 de dezembro de 2010, a Companhia informou a mercado por meio da BM&F Bovespa e Aviso aos Acionistas publicado no Diário Oficial do Estado e Jornal Empresas & Negócios de que o prazo para o direito de preferência nas ações havia sido encerrado e informou novo prazo para subscrição das Sobras.

## Notas Explicativas

Em 20 de dezembro de 2010, a Companhia tomou ciência de nova decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo nos autos da Ação Cautelar nº 990.10.572630-5, requerida pelo acionista da Companhia Sr. Marcos Ribeiro Simon, que suspendeu os efeitos, até o julgamento dessa Ação Cautelar, da deliberação tomada na Assembléia Geral de 20 setembro de 2010, referente ao aumento de capital social da Companhia nela aprovado.

Diante disso, a Companhia suspendeu o Primeiro Prazo para Subscrição de Sobras mencionado no Aviso aos Acionistas divulgado em 14 de dezembro de 2010.

A Companhia apresentou as devidas contestações e defesa quanto a nova liminar concedida, estando o processo no aguardo de julgamento por parte da 3ª Câmara da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Diante do ocorrido a Companhia contabilizou as integralizações realizadas pelos acionistas como "AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital" e está demonstrando em linha segregada do patrimônio líquido. A contabilização do aumento de capital será realizada somente se ocorrer ganho na ação.

### 11.3. Destinação dos lucros

Do lucro líquido do exercício, 5% será destacado para fins de constituição da Reserva legal, até que atinja o montante de 20% do capital social da companhia. Após a constituição da reserva, obrigatoriamente 25% do lucro remanescente será destinado a dividendos, ressalvando o direito dos proprietários das ações preferenciais.

O saldo residual será destinado a reserva estatutária, para a seguinte finalidade: aumento de capital, futuras distribuições de dividendos aos seus acionistas bem como aquisição de outras companhias.

## 12. Receita líquida

A receita líquida para os exercícios possui a seguinte composição:

	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>Março de 2011</i>	<i>Março de 2010</i>	<i>Março de 2011</i>	<i>Março de 2010</i>
Receita de Serviços (Nota 6)	1.409	435	2.862	1.709
<b>Subtotal</b>	<b>1.409</b>	<b>435</b>	<b>2.862</b>	<b>1.709</b>
<b>(-) Impostos</b>	<b>(120)</b>	<b>(38)</b>	<b>(233)</b>	<b>(151)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>1.289</b>	<b>397</b>	<b>2.629</b>	<b>1.558</b>

## Notas Explicativas

### 13. Resultado financeiro líquido

<i>Descrição</i>	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>Março de 2011</i>	<i>Março de 2010</i>	<i>Março de 2011</i>	<i>Março de 2010</i>
<b><i>Receitas financeiras</i></b>				
<i>Aplicações financeiras</i>	2	2	2	194
<i>Variação monetária contrato de vendas</i>	-	-	10	-
<b><i>Subtotal</i></b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>194</b>
<b><i>Despesas financeiras</i></b>				
<i>Juros sobre empréstimos e mútuos</i>	(950)	(420)	(952)	(706)
<i>Atualização monetária de tributos parcelados</i>	(119)	(18)	(222)	(215)
<b><i>Subtotal</i></b>	<b>(1.069)</b>	<b>(438)</b>	<b>(1.174)</b>	<b>(921)</b>
<b><i>Resultado financeiro líquido</i></b>	<b>(1.067)</b>	<b>(436)</b>	<b>(1.162)</b>	<b>(727)</b>

### 14. Instrumentos financeiros e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros, descritos a seguir:

#### Gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas possuem operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros. A administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com a finalidade especulativa.

#### Risco de crédito e de realização

Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente há análises

## Notas Explicativas

específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

### **Risco de taxa de juros**

As receitas e despesas da Companhia são afetadas pelas mudanças nas taxas de juros devido aos impactos que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes dos instrumentos de dívida com taxas variáveis.

### **Risco de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mas depende da obtenção de empréstimos com terceiros e com acionista controlador para seu equilíbrio financeiro. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

### **Valor de mercado dos instrumentos financeiros**

As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes, empréstimos e financiamentos, mútuos com partes relacionadas são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são substancialmente similares com os saldos contábeis.

O saldo a receber de clientes é atualizado a índices contratuais praticados no mercado.

Os juros sobre os financiamentos estão na média praticada atualmente pelo mercado e os saldos estão sendo atualizados de acordo com os contratos firmados e correspondem aos valores efetivos de liquidação.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos que devessem ser reconhecidos a valor justo nas demonstrações financeiras.

## **15. Seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Construtora Adolpho Lindenberg S/A

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Construtora Adolpho Lindenberg S/A ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Ênfase

##### Continuidade dos negócios

A Companhia apresentou deficiência de capital de giro e o passivo a descoberto totalizou R\$19.106 mil em 31 de março de 2011, em decorrência principalmente dos sucessivos prejuízos operacionais apresentados nos últimos exercícios sociais. Conforme comentado na Nota 1, esforços estão sendo desenvolvidos pela Administração da Companhia em conjunto com o acionista controlador, com o objetivo de assegurar a recuperação financeira e o equilíbrio econômico das operações. As informações contábeis de 31 de março de 2011 foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e do suporte financeiro por parte do acionista controlador, conforme também mencionado na Nota 1.

#### Outros assuntos

##### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP-015.199/O-6

Robson Leonardo Rodrigues  
Contador CRC 1SP-210.734/O-0

**Motivos de Reapresentação**

<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>
2	Alteração da Escala da Moeda